



### **JUSTIFICATIVA - NECESSIDADE VEÍCULO NOVO OKM**

A Administração Municipal de Comodoro-MT, após análise técnica das necessidades operacionais das Secretarias Municipais, das características do objeto pretendido e dos riscos inerentes à incorporação patrimonial de veículos automotores destinados ao atendimento continuado das atividades públicas, conclui pela necessidade de aquisição de veículos automotores novos, zero quilômetro, ano/modelo mínimo 2025/2026 ou superior, com primeiro registro, licenciamento e emplacamento diretamente em nome do Município de Comodoro-MT, por entender que tal solução representa a alternativa mais adequada ao atendimento do interesse público no caso concreto.

Para fins desta contratação, a Administração adota expressamente o conceito técnico de veículo novo (zero quilômetro) previsto na Deliberação CONTRAN nº 64/2008, que o define como veículo “antes do seu registro e licenciamento”, razão pela qual se entende como compatível ao objeto licitado apenas o fornecimento de veículos sem registro ou licenciamento anteriores, de modo que o primeiro registro, licenciamento e emplacamento ocorram diretamente em nome do Município de Comodoro-MT. Embora se reconheça a possibilidade de ampliação da competitividade mediante aceitação de veículos em estado de novo, ainda que previamente registrados e sem uso anterior relevante, a Administração, diante das peculiaridades da presente contratação, concluiu que tal alternativa não atende de forma equivalente às necessidades administrativas e patrimoniais do Município.

Os veículos a serem adquiridos serão destinados ao atendimento das demandas permanentes das diversas Secretarias Municipais, sendo empregados de forma contínua e intensiva em atividades administrativas, operacionais, fiscalizatórias, transporte de equipes, deslocamentos institucionais e atendimento em campo, inclusive em estradas vicinais, áreas rurais e regiões de difícil acesso, circunstâncias que exigem elevado grau de confiabilidade



mecânica, disponibilidade operacional e máxima previsibilidade de desempenho ao longo de sua vida útil.

A exigência de fornecimento de veículos efetivamente novos, zero quilômetro, com primeiro registro, licenciamento e emplacamento diretamente em nome do Município fundamenta-se na necessidade de assegurar que os bens incorporados ao patrimônio público sejam recebidos sem histórico registral anterior, eliminando incertezas quanto à cadeia de propriedade do veículo e evitando qualquer controvérsia acerca de movimentações, registros ou titularidades pretéritas incompatíveis com a condição de bem efetivamente novo. Tal medida permite à Administração garantir maior rastreabilidade patrimonial, assegurando controle integral do ciclo de vida do bem desde sua origem, maior segurança na gestão patrimonial, integridade das informações documentais e plena confiabilidade dos registros administrativos relacionados à incorporação do ativo público.

Além disso, a exigência visa assegurar que os veículos sejam recebidos com garantia integral de fábrica desde sua origem, sem riscos de redução do prazo de cobertura, discussões relacionadas ao marco inicial da garantia, limitações decorrentes de faturamentos intermediários, registros anteriores ou qualquer circunstância que possa comprometer a cobertura técnica do fabricante, fator especialmente relevante considerando a utilização contínua da frota municipal e a necessidade de previsibilidade dos custos de manutenção preventiva e corretiva.

A Administração também identificou que a admissão de veículos previamente registrados, ainda que sem uso anterior relevante, pode gerar riscos documentais e patrimoniais desnecessários, especialmente quanto à rastreabilidade do bem, integridade do histórico registral, controle patrimonial, garantia técnica, regularidade documental e eventual necessidade de procedimentos adicionais de transferência, fatores que podem ocasionar insegurança administrativa e potenciais controvérsias futuras quanto à efetiva condição do veículo adquirido.



Adicionalmente, a exigência de primeiro registro, licenciamento e emplacamento diretamente em nome do Município objetiva assegurar que os veículos sejam incorporados diretamente ao patrimônio público, desde sua origem, sem intermediações patrimoniais incompatíveis com a finalidade da contratação, fortalecendo os mecanismos de controle administrativo, transparência, responsabilização e governança patrimonial dos bens públicos municipais.

Embora se reconheça que a exigência de veículos novos, zero quilômetro, no conceito adotado pela *Deliberação CONTRAN nº 64/2008*, com primeiro registro em nome da Administração, possa restringir parcialmente a competitividade do certame, afastando determinadas revendedoras multimarcas e empresas que comercializam veículos previamente registrados, entende-se que tal limitação é proporcional, necessária e tecnicamente justificável, diante do elevado investimento público envolvido, da necessidade de utilização prolongada da frota municipal, das características operacionais do Município de Comodoro-MT, da finalidade pública dos bens e da busca pela maior economicidade sob perspectiva de médio e longo prazo, não se limitando a Administração à análise do menor preço imediato, mas à obtenção da proposta mais vantajosa de forma global, considerando qualidade, segurança jurídica, durabilidade patrimonial, mitigação de riscos operacionais e eficiência administrativa.

Nesse contexto, considerando a necessidade de preservação do patrimônio público, da confiabilidade operacional da frota municipal, da manutenção da garantia integral desde origem, da ausência de histórico registral anterior, da rastreabilidade patrimonial, da mitigação de riscos documentais e da necessidade de incorporação direta dos veículos ao patrimônio público municipal, a Administração entende imprescindível a aquisição de veículos efetivamente novos, zero quilômetro, com primeiro registro, licenciamento e emplacamento diretamente em nome do Município de Comodoro-MT, observando-se, para tanto, as disposições aplicáveis da Lei nº 6.729/1979 (Lei



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**COMODORO**  
ESTADO DE MATO GROSSO

**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO  
E ORÇAMENTO**

Ferrari) e da Deliberação CONTRAN nº 64/2008, cuja incidência decorre das características específicas do objeto definido pela Administração e da necessidade administrativa concretamente demonstrada.

Comodoro-MT, 26 de Maio de 2026.

**Diego Garcia Galvão Costa**

Secretário de Planejamento e orçamento

**Eduardo Ferreira da Silva**

Coordenador de Obras e Projetos

Públicos Geo-Obras

Secretaria de planejamento e orçamento



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 3206-220B-A0CD-73C3

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



EDUARDO FERREIRA DA SILVA (CPF 060.XXX.XXX-56) em 26/05/2026 20:17:09 GMT-04:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



DIEGO GARCIA GALVÃO COSTA (CPF 891.XXX.XXX-91) em 26/05/2026 20:17:51 GMT-04:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://comodoro.1doc.com.br/verificacao/3206-220B-A0CD-73C3>